

O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO COLETIVO NO ASSENTAMENTO BARRA DO LEMI/PENTECOSTE/CE

Roberto Kennedy Gomes Franco¹
Tânia Serra Azul Machado Bezerra²

RESUMO

No texto, dialeticamente engajados na análises das experiências de luta por terra, trabalho, saúde, educação entre outros meios mínimos necessários à produção da vida, nossa investigação, pautada no materialismo histórico-dialético, encontrou nas narrativas sobre a experiência de produção coletiva do **Assentamento Barra do Lemi/Pentecoste/CE** uma tentativa de praticar os pressupostos de Marx apresentados no texto *A Crítica do Programa de Gotha*, de 1975 e publicado por Engels em 1891. Interpretamos que o princípio educativo do trabalho coletivo na Assentamento Barra do Lemi em Pentecoste/CE, fez emergir uma concepção de mundo que nutriu a formação da consciência de classe e apontou para uma “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008). Estes agricultores, entre limites e possibilidades, foram tocados por pensamentos/ações capazes de transformar a produção material/espiritual de suas existências.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Agricultores; Consciência; Produção Coletiva.

INTRODUÇÃO

Quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades.

MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. In: MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.

Historicamente a luta pela terra na América Latina é marcada nas palavras de Galeano (2012, p. 29), por “...uma guerra que derramou rios de sangue...”. Isto

¹ Professor da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Pós-doutor em História da Educação pela Universidade de Lisboa. Doutor em Educação Brasileira/UFC; Mestre em Ciências da Educação/UFPI e Graduado em História/UFC. Coordenador do GIM – Grupo de Investigação Marxista. Membro do GEPI - Grupo de Estudos com os Povos Indígenas. E-mail: robertokennedy@unilab.edu.br.

² Professora Adjunta da UECE - Universidade Estadual do Ceará. Pós-doutora em Educação (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Porto). Doutora em Educação Brasileira/UFC; Mestre da Educação Brasileira/UFC e Graduada em Pedagogia/UFC. Pesquisadora do LABOR/UFC; Integrante do grupo de pesquisa Ensino e Inovação Pedagógica da Universidade do Porto. E-mail: tianasamb@hotmail.com;

porque nossa herança mercantilista colonial/capitalista, tem no latifúndio, ou seja, na propriedade privada da terra, fenômeno determinante de exclusão e morte de inúmeros seres humanos. São trabalhadoras e trabalhadores explorados/subalternizados por uma lógica desigual e combinada de violências de classe, raça e etnia, praticadas em nome da fé e da ganância.

Retrospectivamente, a luta pela terra na região do Nordeste brasileiro, articula-se com o comércio extrativista, com a pecuária extensiva, com a criação do boi, e ainda, com as plantações em larga escala da cana-de-açúcar, que transformadas em mercadorias de exportação, possibilitaram que trabalhadores rurais se configurassem como um dos segmentos mais excluídos do ponto de vista econômico, habitacional, educacional e dos indicadores de saúde, como evidenciam as investigações sobre a produção material da existência desses indivíduos. Esta infeliz permanência histórica, no século XXI, materializa-se na voraz necessidade de produção de lucros do agronegócio.

Engajados nas experiências de luta por terra, trabalho, saúde, educação entre outros meios mínimos necessários à produção da vida “para além do capital” (MÉSZÁROS, 2011), nossa investigação, pautada no materialismo histórico-dialético, encontrou nas narrativas sobre a experiência de produção coletiva do **Assentamento Barra do Lemi/Pentecoste/CE** uma tentativa de praticar os pressupostos de Marx apresentados no texto *A Crítica do Programa de Gotha*, de 1875 e publicado por Engels em 1891.

Segundo relatos, colhidos em entrevista com os sujeitos em foco, a escolha do texto ocorreu pelo fato deste trazer elementos propositivos a uma produção coletiva, sem padrões e com a justa divisão dos produtos do trabalho: *De cada qual segundo sua capacidade, a cada qual segundo suas necessidades*. (MARX, 1980: 215). É fascinante o fato de Marx, mesmo no século XIX, já conceber elementos hoje (século XXI) implementados como “novidade”. A expressão *segundo sua capacidade* apresenta a compreensão dele sobre os diferentes ritmos dos sujeitos que, mesmo com a capacidade produtiva diversa, receberão *segundo suas necessidades*.

Tais aspectos demonstram que o trabalho na sociedade defendida por Marx existe para suprir necessidades coletivas, sem a corrida desenfreada pelo enriquecimento, e admitindo o acesso aos produtos do trabalho mesmo àqueles que possuam limitações para o ato produtivo, capacidades diversas. Esses ensinamentos

desencadeiam uma “vontade” de viver/produzir diferente e a coragem de praticar esse desafio.

Nesses termos, a experiência da produção coletiva em Pentecoste, inspirada pelos pressupostos marxistas e apoiada por pessoas que dedicam a vida a essa causa, começou em virtude do contato com uma concepção de mundo que favorece o bem-estar comum. Desta feita, calejados pelo cotidiano de espoliação da força de trabalho e protagonistas de uma realidade de desemprego estrutural e precarização das relações trabalhistas¹, estes indivíduos, gradativamente, foram tocados por pensamentos/ações capazes de transformar a produção material/espiritual de suas existências:

A narrativa, do trabalhador A, comenta sobre isso que:

(...) eu já estava aproximadamente há uns dois anos no Assentamento, não compreendia muito essa questão da Reforma Agrária, eu tinha ido para o Assentamento em função da perda do emprego aqui na capital, Fortaleza. No Assentamento eles falavam muito dessa questão do coletivo, mas era só na fala, na prática não existia nada. Isso era no Assentamento Barra do Lemi, na comunidade Estrela Dalva em Pentecoste, realmente eu não compreendia muito bem a importância da Reforma Agrária no campo. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Para esse trabalhador², no retorno ao campo em virtude do desemprego na capital - Fortaleza, em um movimento de busca pela sobrevivência, o contato com uma proposta alternativa de produção, ocorre quando,

(...) conheci o Professor³, ele já exercia na área do Assentamento um trabalho de formação política de alguns jovens, daí a gente teve o primeiro contato, ele tomou conhecimento do nosso grupo de trabalho, mas nós já trabalhávamos normalmente, nós tínhamos um trabalho coletivo, mas sem compreender o que era isso mesmo, coletivo, trabalhávamos juntos, mas não tínhamos compreensão disso. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Observemos os elementos dessa fala. Esse grupo de assentados já trabalhava “junto” e a formação política os mostrou que “junto” nem sempre é trabalhar coletivamente. Perceberam, também, a contradição entre o que se propunha no discurso e a prática, elemento de reflexão e avaliação do próprio percurso, o que, em nossas hipóteses, interpretamos como uma tomada de consciência importante à emancipação. Arriscamos concluir, com assento em (MARX, 1998), que estes sujeitos passam a

produzir a si mesmos quando demonstram capacidade de transformar a própria realidade e ainda quando se posicionam como homens da práxis.

Então, segundo os relatos, o encontro com o Professor trouxe as primeiras conversas sobre a importância do fundo de reserva⁴ para o êxito de um trabalho coletivo, como também o debate a respeito do rigor necessário à organização social dessa ação produtiva comum. Assim, nesta práxis político-educativa, assumiram o compromisso de que todos receberiam de acordo com o que produzissem, consoante ao que trabalhassem, ou seja, ante a efetiva participação nas atividades de produção.

Nesta análise, percebemos um minucioso cuidado no intuito de evitar a exploração, a apropriação indevida dos produtos do trabalho. Evidenciou-se aqui a articulação dos princípios marxistas com ação vivenciada: *Cada passo de movimento real vale mais que uma dúzia de programas*. (MARX, 1980: 207).

Segundo (MARX, 1980), ao supormos *uma sociedade na qual os “meios de trabalho são patrimônio comum e todo o trabalho é regulado coletivamente”*, precisamos ter atencioso cuidado na repartição dos produtos do trabalho coletivo. Alerta para o fato de que o resultado do trabalho não pode ser “repartido” com imprescindível equidade, uma vez que,

(...) antes dessa parte chegar à repartição individual, dela é preciso deduzir ainda: Primeiro – as despesas gerais de administração, não concernentes à produção; Segundo – a parte que se destine a satisfazer necessidades coletivas, tais como escolas, instituições sanitárias, etc; Terceiro – os fundos de manutenção das pessoas não capacitadas para o trabalho, etc; em uma palavra ao que hoje compete a chamada beneficência oficial. (MARX, 1980: 212).

E ainda ressalta a necessidade de repor os meios de produção consumidos, investimento para ampliar a produção e o fundo de reserva. Vemos, então, que, não ao acaso, essa produção coletiva exige disciplina e consciência do bem comum, fato este que aprendemos dessa experiência em estudo. Importa anotar que fizemos a leitura desse texto de Marx ante a demanda apresentada pela pesquisa de campo, esta apropriação teórica frente a tentativa de sua efetivação na prática nos tornou também aprendizes...

Em retorno ao histórico do grupo, o Trabalhador A, diz que,

(...) inicialmente tivemos algumas reuniões de orientação, éramos um grupo de cinco pessoas, cinco famílias, eu digo famílias, mas só

atuava mesmo vamos dizer assim os titulares da família, os homens. A família em si ela não chegou a experimentar essa prática, mas de qualquer forma os cinco homens começaram a entender e decidiram iniciar esse trabalho mais organizado. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

No início do ano 2000, fizeram esse curso de formação política⁵ que versava sobre as idéias de Marx e constituía proposta advinda do grupo de vanguarda revolucionária que se reúne sistematicamente em Fortaleza. Foram apresentados ao texto *A Crítica ao Programa de Gotha*. Desde então, passaram a debater sobre a necessidade da organicidade do grupo de cinco homens⁶ e de todas as ações dentro da prática coletiva. Cada decisão em conjunto precisaria ser rigorosamente executada conforme o decidido, a disciplina compunha elemento inadiável para que não recorressem no erro de reproduzir as relações capitalistas de produção. Outro aspecto enfatizado no curso foi a importância das anotações, as decisões seriam sistematicamente registradas, como também as atividades comporiam um registro no livro de ata e ainda a existência de uma ficha chamada “Controle de frequência”, onde ficavam especificados as atividades exercidas e o período.

Os relatos indicam que muito se debateu sobre como gerir a produção sem que houvesse exploração entre partícipes. Todos estes elementos trouxeram à reflexão aspectos que dão notoriedade ao plano pedagógico em curso: os sujeitos desta análise vivenciaram etapas pedagógicas de registro das ações, de rigor metodológico na execução de seus planos, de princípios éticos no respeito às decisões coletivas e ainda a oportunidade de uma avaliação⁷ sistemática de cada experiência. Estes dados revelam, conclusivamente, o princípio educativo e politizador dessa experiência.

A aproximação com este achado empírico e o diálogo com seus sujeitos trouxeram informações que (re)afirmam nossa tese de que a educação, como ação reflexiva, cingindo-se a uma atitude engajada e autônoma dos sujeitos, é capaz de tornar os homens donos de si, considerando-se, entretanto, os limites históricos dessa afirmação. Mergulhemos em nossas análises:

(...) dentro dessa formação política, tem uma coisa que me parece fundamental, que é o debate sobre a exploração do homem pelo homem, isso também foi trabalhado, a partir daí foi quando agente começou a perceber a importância da Reforma Agrária, porque até então a visão que nós tínhamos era que nós estávamos dentro de uma terra que teria sido destinada para nós trabalharmos apenas isso. Nós não sabíamos o que era Reforma Agrária, para que é que ela servia,

nem o que tínhamos que fazer dentro mesmo já sendo Assentado. No meu caso eu já estava com dois anos dentro do Assentamento. Quando entrei como cadastrado no CIPRA e no INCRA os demais já estavam lá desde 1996, ou seja, eles já estavam lá com quatro anos de vivência e não tinham noção, nem sobre o que era mesmo Reforma Agrária, você só sabia que tinha terra ali pra trabalhar. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Tiveram, dessa forma, a oportunidade de compreender que a reforma agrária era uma proposta de liberdade em decorrência a exploração implementada por fazendeiros e/ou latifundiários. Diferente, entretanto, das gerações de camponeses que os antecederam, estas experienciaram durante toda a vida o dissabor da exploração, pois, na melhor das hipóteses, lhes era cedido o espaço para o trabalho estranhado, mas teriam que pagar uma renda⁸ anual para o patrão. Pelo menos um terço do que era produzido se destinava aos donos dos meios de produção.

(...) até a forragem que eles produziam era deixada para o patrão, eles não podiam criar nada. Quando muito umas galinhazinhas no terreiro, uma porquinha, só isso, não podia criar gado, ovelha, bode, não podia criar essas coisas, por que só quem podia fazer isso era o patrão. Eles só produziam grãos e um terço era deixado para o patrão como uma forma de arrendamento, na época se produzia algodão e o algodão a metade era do patrão enfim. E as pessoas agradeciam ao patrão, o patrão era considerado uma pessoa muito boa, porque tinha terra pro trabalhador produzir os grãos pra sua segurança alimentar. Então por conta disso tudo nossos pais viam o patrão como um Deus, era uma pessoa muito boa. O patrão não plantava uma cova de milho e era o que mais lucrava. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Como subversão dessa lógica, reproduzida ano após ano no cotidiano campesino, o texto de (MARX, 1980), em Pentecoste, estimulou a reflexão e fez aqueles agricultores compreenderem que a divisão (repartição) dos produtos do trabalho tem que ser a cada um de acordo com a sua participação na produção. Nas relações campesinas capitalistas o patrão não produz e ainda se apropria⁹ do trabalho de todos por possuir a propriedade privada dos meios de produção. Assim, as necessidades do grande grupo não são supridas e os camponeses em formação política, gradativamente, perceberam que havia alguma coisa errada. As leituras e a tentativa de novas relações de produção os fizeram coletivizar princípios e valores e, sobretudo, ações.

Munidos da esperança de transformar a realidade e apropriando-se dessa cultura coletiva, até então ignorada, iniciaram o trabalho. Começaram a plantar sem padrões e, pela condição de assentados, em posse dos meios de produção e donos de

suas decisões, mas, com o crivo das decisões coletivas. Alternando-se as tarefas laborais, reuniam-se todos os finais de semana para planejar a semana seguinte, avaliar a anterior e continuar os estudos marxistas.

Levaram a sério as orientações recebidas pelo grupo de formação política que os acompanhava e foram rigorosos em cumprir a socialização irrestrita da produção, “e tudo isso era registrado, o que é que nós estávamos fazendo, onde nós estávamos fazendo e pra quem nós estávamos fazendo, nós tínhamos esse cuidado de registrar tudo”. (agricultor entrevistado, 2008).

No primeiro ano dessa experiência, conseguiram produzir por todo o Assentamento¹⁰. O Assentamento era formado na época por 41 famílias e a produção das cinco famílias do grupo superou toda a produção dos assentados que não quiseram fazer parte dessa produção coletiva. Eram 41 famílias e, no primeiro ano as cinco famílias conseguiram produzir mais do que as outras 36.

Eu lembro mais ou menos que o nosso grupo fez na questão do milho duzentos e cinquenta e seis sacas de milho, plantamos mais ou menos uma saca e meia, o recurso inicial nós já tínhamos, era tradição da gente guardar as sementes. Enquanto as trinta e seis ficaram em torno de cento e quarenta e duas sacas, que foi somado. Eram quatro grupos, todos trabalhavam em grupos, mas só quem aceitou acatar as orientações dadas pelo curso de formação política foram esse grupo de cinco pessoas, então nós conseguimos superar a produção de todo o Assentamento. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

As orientações do curso de Economia Política foram: planejar a produção, estabelecer metas coletivas para cada período e para cada atividade produtiva e não admitir que alguém trabalhasse menos e recebesse igual a quem trabalhou mais ou igual aos demais. Outra condição, acertada pelo grupo, era de que todas as vezes que um membro, sem justa causa, se ausentasse das atividades que haviam sido determinadas, seria apenado com a diária de cinco reais.

A diária destinava-se ao fundo de reserva que, por sua vez, de acordo (MARX, 1980) deveria ser revertido em benefícios para a comunidade e assegurava a produção em caso de seca ou desastres eventuais. Estas condições foram acatadas em conjunto e registradas em ata. Criaram, por fim, um regimento para organizar e sistematizar, em nosso entender, pedagogicamente, essas práticas.

Temos aqui a rica possibilidade de observar a efetivação de ideias que, por tantas e infindáveis vezes, se perderam pelos corredores da academia. Pessoas

aparentemente tão simples e capazes de ações tão complexas, homens da práxis, produtores de si, como diria (MARX, 2009). Vale ressaltar que este relato data do século XXI, elemento que mais uma vez aponta para a atualidade dos postulados de Marx, na contramão das falácias contemporâneas de falência dessas idéias/ações.

Muitos são os dados revelados por essa entrevista. Precisamos de cautela para analisar atenciosamente cada detalhe, pois o objetivo é debater e observar as contradições dessa experiência. Importa, por exemplo, mencionar que o grupo enfrentou tortuosos caminhos no enfrentamento de cada tarefa. Afinal seria um equívoco acreditar na completa harmonia desse cenário investigado. Assim complementa Thiago de Melo: “Não, não tenho caminho novo. O que tenho de novo é o jeito de caminhar”.

Vale observar que algumas dificuldades foram enfrentadas, ao começar pela falta de recursos:

(...) claro tem algumas práticas que nós não poderíamos dar conta sozinhos por que nós só éramos cinco, por exemplo, para o plantio nós plantamos quase duas sacas de milho, nós trabalhamos com dezesseis hectares de terra, e nós só éramos cinco pessoas. Por exemplo, pra você ter resultado você tinha que fazer a planta no máximo em dois dias, toda essa plantação, então nossa primeira dificuldade, nós não tínhamos recursos pra arranjar trabalhadores para nos ajudar a fazer a planta no máximo em dois dias. Então foi aí que nós recebemos apoio financeiro do grupo de amigos liderados pelo professor Machado, nos foi dada certa quantia na qual não me recorde no momento, mas foi dada certa quantia equivalente a quinze diárias de trabalhador na época. Então nós fizemos a planta e não levamos dois dias, levamos um dia e meio pra fazer a planta, quando ela nasceu foi praticamente igual. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Começaram a aração do solo. De “sorte”, era época de eleição e, tradicionalmente, como forma de assegurar uma prática corrupta de conseguir votos, alguns candidatos ou pretensos a cargos políticos passaram a distribuir alguns “benefícios” a população. Em Pentecoste, o prefeito (desse período), candidato à reeleição, forneceu recurso para aração da terra nos assentamentos daquele perímetro territorial.

Cada família foi beneficiada numa equivalência de dois e até três hectares, com isso, o grupo em estudo não precisou pagar essas horas de trator. A soma dos fatores - ajuda da prefeitura e o momentâneo recurso advindo do “grupo de amigos” - tornou possível a realização da primeira etapa da produção. Mesmo, porém, estando

postas as condições objetivas necessárias a ação coletiva em curso, fatores subjetivos adejassem as práticas cotidianas

Todos foram bem disciplinados, todos com exceção de um, tivemos um companheiro que sempre foi problemático, ele bebia e estava sempre tentando burlar as determinações das reuniões dos finais de semana. Todos os sábados à tarde tinham as nossas reuniões pra avaliar o que tinha sido feito e para planejar as atividades da semana seguinte. A idéia do grupo era trabalhar três dias por semana com uma observação de que se houvesse necessidade nós trabalharíamos a semana inteira, mas o determinado era três dias por semana dentro do grupo de produção. Isso porque tínhamos nossas atividades individuais, nosso roçado individual, porque também fazíamos isso, exatamente pra que não viesse a comprometer a produção coletiva. De repente no início da produção se precisasse fazer uma pamonha, uma canjica, quebrar um milho pra assar, e se você não tivesse o seu individual você teria que mexer lá na área coletiva. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

O detalhe da produção individual foi uma orientação apreendida no curso de Formação Política que vivenciaram na composição deste grupo. A ideia era manter um meio de sobrevivência individual, pois, caso a experiência coletiva não desse certo, esses camponeses não passariam fome. Cabe ainda anotar que as atividades individuais constituíam uma agricultura de subsistência. A lógica, em síntese: trabalhavam três dias por semana, dentro do grupo de produção, na linha de produção coletiva, e os demais dias eram destinados à produção familiar, momento em que as mulheres e as crianças se integravam.

Chegada a primeira colheita, destinaram trinta por cento do produzido para o fundo de reserva. Referida quantia ficava armazenada para atender outras necessidades do grupo, sendo esta uma forma de fortalecer e assegurar o patrimônio coletivo. O restante da produção era dividido em partes iguais, caso todos tivessem trabalhado igualmente. Estas relações humanas, entretanto, constituídas em meio a novas relações de produção, encontraram obstáculos e as experiências foram organizadas/refletidas pelo grupo como veículo de aprendizado:

Outra dificuldade que tivemos foi o caso do companheiro que quase toda semana faltava dois dias, um dia, o fato é que quando ele chegou ao final de toda a atividade do ciclo de produção ele tinha muita falta e aí nós cometemos um pecado, nós tivemos pena dele e não cobramos o devido, descontamos só uma parte de suas faltas. Em primeiro nós não conversamos sobre isso no curso de formação política, pela questão do companheirismo, da solidariedade, porque a gente via que

ia prejudicar muito o companheiro e foi um erro isso. Porém alertamos o companheiro de que no ano seguinte nós não íamos mais aceitar isso, e no ano seguinte o companheiro veio com mesmo vício, estava sempre se ausentando das atividades. As diferenças da partilha dele foram para o fundo de reserva que ele ainda continuava sendo beneficiado, quer dizer não ficava sendo uma penalidade tão cruel pra ele, que foi ai onde nós erramos. Porque o correto mesmo seria repassar para cada um de nós aquilo que fosse retirado dele, para que ele não viesse a se beneficiar. Entretanto a gente ainda não tinha amadurecido muito essa idéia, então nós levamos para o fundo de reserva. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

A narrativa demonstra que hábitos, valores e costumes não são práticas facilmente tocadas pela mudança, fazendo-se necessário um contínuo e intenso processo de convencimento e conscientização, ao que consideramos uma educação de si; elementos estes que se nutrem de uma prática reflexiva e ideologicamente consciente de suas intenções. Toda uma cultura de trabalho e de vida carece de transformação ante a uma produção sem padrões e sem exploração, corpos e mentes durante séculos habituaram-se a uma forma estranhada de viver e produzir, não sendo instantânea tal mudança.

Entre avanços e retrocessos, contudo, o grupo de Pentecoste continuou em sua missão de revolucionar a si e a produção material para provimento de uma existência coletiva. Por conta dos investimentos no fundo de reserva, após o primeiro ano, no qual a produção contou inicialmente com recursos externos, o grupo de agricultores conseguiu autonomia financeira e iniciou a plantação do ano seguinte com recursos financeiros próprios.

Passaram o verão de 2000 a 2001 produzindo milho e feijão, abóbora e capim. Construíram uma área produtiva às margens de um açude. Não era uma produção em grande escala, mas apenas para consumo interno. Nesse período, não faltou comida à mesa dessas famílias: “nós passamos o verão todinho comendo verde, tínhamos batata, coisa que não existia essa prática. Nós tínhamos batata, feijão maduro, milho verde”. A relação com o grupo de apoio (político, pedagógico e produtivo) acontecia em paralelo a todas essas ações, sendo estas exitosas ou não. Continuamente orientados pelo “professor e seus amigos”, tomaram conhecimento sobre o ciclo de plantação¹¹. O objetivo dessa prática era o (re)abastecimento sistemático dos mantimentos para a segurança alimentar daquelas famílias.

Em 2001, deram continuidade à mesma prática. Enfrentaram, entretanto, condições climáticas pouco favoráveis, uma vez que os açudes não haviam recebido

água. A margem ficou muito distante da área produtiva e a produção foi prejudicada. Em 2002 produziram bastante, mas, mesmo plantando a mesma área, em torno de 16 hectares, não chegaram mais a atingir a primeira produção de 256 sacas de milho. O inverno em 2001 e 2002 foi instável e, além da perda do ritmo produtivo, tiveram prejuízos na plantação por falta de chuva. O restante do Assentamento também enfrentou dificuldades e, mais uma vez, o pequeno grupo subversivo superou a produção do Assentamento em quase cem por cento.

Como observamos, em 2002, tiveram frustração de safra por conta da quadra chuvosa que não foi muito regular, mas, mesmo assim, produziram umas 150 sacas de milho. Enquanto todo o Assentamento, em vivência de um trabalho individualizado, perdeu em torno de 80% da produção, o outro grupo teve um prejuízo bem menor: em média, 30%.

A prática da agricultura possui saberes próprios e o plantio deve respeitar alguns princípios naturais. Aprendemos com estes agricultores que normalmente se deve plantar após a primeira chuva, por eles intitulada de “chuva boa”. E o que é a chuva boa? É aquela que molha o solo em até quinze centímetros de profundidade, tornando a terra ideal para o plantio. Outro aspecto peculiar ao trabalho deste grupo é a utilização da terra de croa, pois nesta a chuva consegue penetrar em até vinte centímetros, fato que favorece ainda mais a produção.

As croas são terras baixas que ficam às margens dos riachos e rios, constituindo solo fértil e adequado ao êxito da agricultura. Neste tipo de solo, as sementes são logo fertilizadas e os agricultores não precisam esperar muito para colher. Assim, com esses conhecimentos e a troca de experiências no trabalho coletivo, no qual tudo era debatido e planejado, o grupo em estudo, mesmo na adversidade climática, conseguiu se organizar para observar as melhores condições de semeadura. Enquanto os outros – restante do Assentamento - ficavam esperando que chovesse mais, pois aquela produção, em nosso entender, acontecia anarquicamente, sem um estudo do cenário climático e estrutural experienciado:

Enquanto o nosso milho tinha vinte centímetros de tamanho, os deles estavam começando a nascer ou tinha alguém plantando, aquela coisa do comodismo. Nesse ano em dois mil e um, por exemplo, o Assentamento não teve produção, alguns fizeram um pouquinho pra comer verde, alguns litrinhos de feijão. Ai nesse ano nós fizemos umas cento e cinquenta e pouca sacas de milho e o Assentamento não fez nada. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Mesmo assim...

Penso que nós não conseguimos chamar a atenção, nós não servimos de modelo para eles. Penso que na verdade nós servimos foi para gerar uma causa de ciúme, eles começaram a concorrência. Pensaram até em tomar as nossas áreas, que nós tínhamos feito, porque eles achavam que era muita terra para um grupo muito pequeno. Segundo eles diziam. Eles convidaram o professor Machado para dar uma ajuda, o professor se prontificou ficou em uma reunião com eles, e na primeira reunião a proposta que saiu era de um grupo de onze famílias tomarem a área pronta de um grupo de cinco famílias, que no caso éramos nós. Aí o professor orientou-os, porque ao invés de eles fazerem isso, eles não iam preparar área também? Pra ampliar a área de produção dentro do Assentamento? Aí eles não se animaram muito com o professor, porque parece que eles queriam mesmo era tirar vantagem. Conhecendo o professor, porque sempre que era necessário ele contribuía com ajudas financeiras ao grupo. E ao que parece todos previam apenas isso, não era com a intenção de produzir coletivamente, daí a área deles foi se acabando, deixaram de melhorá-las, não ampliaram. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Esta reflexão, mais uma vez, nos apresenta um paralelo entre duas realidades, fato que demonstra o quão difícil é trazer para o plano real um modelo de sociedade sem bases no trabalho estranhado; como também, suscita o debate sobre a formação da consciência de classe: que bases históricas/materiais agem sobre a mente dos sujeitos para a ação consciente e revolucionária? Como tornar possível a dissolução dessa realidade objetiva historicamente reificada, baseada em relações capitalistas?

Vejam os dilemas que temos à nossa frente - a convivência entre duas realidades: de um lado, um pequeno grupo de pessoas na tentativa de vivenciar propostas marxistas de produção coletiva em tempos de crise e precarização e, de outro, um assentamento com todos os vícios do capitalismo. A contradição é imediata e ainda que chances esse “oásis socialista” tem de sobreviver em meio a todo um império de valores antissociais? Continuemos...

Em 2002, receberam um investimento federal gerenciado pelo INCRA.

(...) foi aí onde às coisas se complicaram mais um pouco para o lado do grupo, porque você já ia mexer com muito dinheiro e isso despertava, eu acho, que a ambição de alguns companheiros do nosso próprio grupo mesmo, ou seja, de está sempre querendo dinheiro. Pra gente conduzir esse processo, foi um processo muito doloroso, porque você recebia o dinheiro pra aquisição de bens reprodutivos era menos de 30% do valor geral do investimento. No nosso caso a gente

conseguiu fazer alguns cálculos e via que era inviável você pagar, por exemplo, um projeto de R\$ 6.063,00 que era o que vinha pra cada um, com a aplicação de menos de 30% em mês reprodutivo, o resto era pra preparo de área, para infra-estrutura, coisa que não dava lucro nenhum, aí nós vimos que pra que a gente pudesse ter condição de pagar esse projeto nós tínhamos que fazer as atividades, cobrar apenas as diárias nas atividades. E aplicar todos os recursos em mês reprodutivo. Como nós tínhamos sido muito bem orientados nessa questão do fundo de reservas. Qual era a importância dele, que era fortalecer o patrimônio do grupo, o patrimônio coletivo do grupo, então nós fomos orientados a aplicar isso, quando houvesse a possibilidade de aplicação em bens reprodutivos. No nosso caso lá nós optamos por gado, em dois anos e meio de trabalho mais ou menos foi quando entrou o investimento nós já tínhamos cinco cabeças de gado. (Trabalhador Rural – Maio de 2009).

Compraram o gado com parte do fundo de reserva, pois estavam desenvolvendo uma ação chamada por eles de “reservas estratégicas”. Como ainda não tinham conta bancária, investiram uma parte da venda do milho para a compra de gado, do qual alimentavam as crianças com leite e a outra parte guardavam em espécie para futuras necessidades. A institucionalidade do grupo estava na Associação Comunitária, que mais ou menos em dois anos e meio passou a se beneficiar dos produtos do trabalho. Famílias que outrora não tinham o mínimo para a sobrevivência passaram a comer carne três vezes por semana e a ter acesso a leite diariamente. Quase todos os dias comiam: pão de milho com leite, batata com leite e jerimum com leite.

Isso é uma raridade no interior, trabalhador rural come carne, quando muito, aos domingos, às vezes mata um frango do terreiro, compra um quilo de carne de porco se houver dinheiro, “mas quando não tem, come aí come o feijão, com farinha e rapadura, feijão com pão de milho, se tiver o milho né”. Com a experiência coletiva, tiveram seus primeiros bens produtivos: cinco cabeças de gado e algumas ovelhas. Do Assentamento, o que desfrutavam era da terra para moradia e produção da existência material. Esse coletivo maior estava, segundo os relatos, preso a uma gestão que não tinha muito compromisso com o assentado.

Retornemos aos problemas surgidos em virtude do projeto de investimento do INCRA. O projeto consistia em uma espécie de empréstimo. Eles receberiam por volta de R\$ 6.000,00 por família, dinheiro que deveria ser investido em bens reprodutivos -, gado, por exemplo - e, depois, passado um determinado período, precisava ser devolvido ao banco. Além do investimento citado, o dinheiro também serviria para estruturar a produção. Era um projeto de R\$ 286.000,00, dividido para 41

famílias. A possibilidade de acesso a essa quantia começou a ocasionar conflitos dentro do grupo de produção coletiva: ideias consumistas e de caráter individual constituíram lacuna à prática igualitária até então implementada.

A proposta de continuar investindo em um patrimônio coletivo que garantisse uma sobrevivência digna às cinco famílias começou a ruir com a posse desses R\$ 6.000,00: compraram moto, roupa e exageraram no consumo de álcool, desviaram a finalidade do recurso produtivo para bens de consumo imediato que, no momento, não deviam ser colocados como prioridade, uma vez que o provimento mínimo à existência ainda não estava garantido. Começou a surgir no pequeno grupo, segundo os relatos, a intenção de tirar vantagem e os sentimentos de competição e rivalidade permearam aquelas relações produtivas.

Como, no primeiro acesso ao dinheiro, algumas atitudes individualistas foram praticadas, o grupo passou a desentender-se. Algumas famílias, como mencionado anteriormente, gastaram indevidamente o empréstimo. A vontade irremediável de possuir bens de consumo, nunca antes possível de realizar, foi mais forte do que a possibilidade de adiar essa aquisição para um momento tal em que todo o grupo pudesse desfrutar desse privilégio. Os quase três anos de conscientização/educação pareciam frágeis ante o fetiche das mercadorias. As novas condições objetivas faziam aflorar desejos individualistas ainda latentes: afinal o ideário burguês é muito competente na constituição de hábitos e valores. Sobre essa consciência em fase de formação/transformação, reflete (LUKÁCS, 2003: 143), que:

Ao relacionar a consciência com a totalidade da sociedade, torna-se possível reconhecer os pensamentos e os sentimentos que os homens *teriam tido* numa determinada situação da sua vida, *se tivessem sido capazes de compreender perfeitamente* essa situação e os interesses dela decorrentes, tanto em relação a ação imediata, quanto em relação a estrutura de toda a sociedade conforme esses interesses. Reconhece, portanto, entre outras coisas, os pensamentos que estão em conformidade com sua situação objetiva. Grifos do autor.

Em análise à totalidade do fenômeno apresentado, parece-nos que algumas questões não foram completamente compreendidas pelos sujeitos em estudo. Aqueles que gastaram o dinheiro com bens de consumo não contaram com o fato de que o recurso precisaria, em um dado período, ser devolvido ao banco, como também não refletiram sobre os prejuízos e o retrocesso das conquistas até então obtidas. A situação objetiva imediata de possuir determinados objetos, até então inacessíveis, foi mais

contundente do que o fato de sobreviver em longo prazo. As condições subjetivas postas, nesse caso, estavam ainda permeadas por vontades ilusórias de enriquecimento individual, distantes, portanto, de uma transformação social efetiva. Lembra (MARX, 2004: 142)

Tudo aquilo que tu não podes, pode o teu dinheiro: ele pode comer, beber, ir ao baile, ao teatro, sabe de arte, de erudição, de raridade histórica, de poder político, pode viajar, pode apropriar-se disso tudo para ti; pode comprar tudo isso; ele é verdadeira capacidade. (...) Todas as paixões e toda atividade têm, portanto, de naufragar na cobiça. Ao trabalhador só é permitido ter tanto para que queira viver, E só é permitido querer viver para ter.

Ainda assim, o pequeno grupo conseguiu administrar melhor o dinheiro emprestado para a produção que o restante do Assentamento, onde as contradições e os prejuízos foram ainda maiores. As cinco famílias lograram gerenciar parte do empréstimo de forma coletiva e produtiva. Vale ressaltar que a forma como esse “projeto de investimento do INCRA” chegou à realidade em foco foi catastrófica. Isso porque aquelas pessoas não foram preparadas, do ponto de vista técnico-formativo, para administrar o recurso cedido. Somando-se a carência à ausência de informação: o projeto foi bloqueado por má aplicação dos recursos.

Uma sindicância do INCRA foi instaurada no Assentamento e foi diagnosticado o desvio de finalidade do dinheiro. Parte dos recursos simplesmente “sumiu”, não foi aplicado em nada, nem em bens de consumo, inclusive o dinheiro de famílias que não faziam mais parte do Assentamento. Quando foi implantado o projeto, só havia 33 famílias, oito já haviam migrado para a cidade e o recurso foi destinado para 41. De acordo com as entrevistas, a gestão do Assentamento se apropriou desses recursos.

O grupo das cinco famílias aplicou o dinheiro destinado à infraestrutura em bens reprodutivos: compraram bovinos. Ficaram com o total de 72 cabeças de gado enquanto todo o resto do Assentamento possuía apenas 30¹². Todo o dinheiro destinado à estrutura do projeto, o pequeno grupo aplicou em bens reprodutivos. Até a verba destinada para aquisição de caprinos, por falta de assessoria técnica, “resolvemos por conta própria comprar bovinos. Aí nós também somos citados nesse relatório do INCRA, por desvio de aplicação. Nós não tínhamos noção de que isso causaria problema para o grupo”.

Começaram as dificuldades: a maioria do grupo¹³ não compreendia o significado do patrimônio coletivo e muito menos da dívida adquirida com o banco. Não conseguiram ter maturidade para continuar produzindo até quitar a dívida e ainda preservar os recursos em comum. Os relatos demonstram que deixaram de trabalhar com afinco e a produtividade caiu drasticamente. Passaram a querer dinheiro pelo que trabalhavam dentro do grupo como se fossem trabalhadores assalariados e tivessem um patrão.

Percebemos nesse momento que a experiência político-educativa vivenciada até então não havia construído, efetivamente, uma prática coletiva consciente. O grupo perdeu em produção e começou a ficar insatisfeito, pois trabalhavam e não podiam, de imediato, se beneficiar da produção: “Nós tínhamos muito medo de não poder dar conta das responsabilidades com um Banco, se a gente fosse começar a ir beliscando, ou seja, dilapidando o patrimônio que existia”. (agricultor entrevistado, 2008).

Continuaram trabalhando coletivamente, mas nesse momento o objetivo não era mais a produção comum, a constituição de um patrimônio coletivo e o trabalho livre da exploração do homem pelo homem. Estavam juntos até quitar as dívidas no banco. O pequeno grupo possuía dinheiro para a quitação do débito das cinco famílias, entretanto, o contrato não permitia que as pendências financeiras fossem encerradas individualmente, todos os assentados precisavam cumprir com o pagamento do empréstimo. Assim, a situação ficou ainda mais acirrada, pois a maioria dos assentados não tinha patrimônio para quitar suas dívidas no período certo. Começaram a entrar em inadimplência com o Banco e, mesmo em posse de bens dentro do Assentamento, não podiam solucionar o problema. Irremediavelmente estavam, mais uma vez, atrelados ao grande grupo.

A experiência mais dolorosa era produzir e ter que guardar tudo para depositar no banco em pagamento de juros. Não podiam mais usufruir dos produtos do trabalho. Ganharam um novo patrão: o banco. Caso o capital financeiro não freie sua articulação excludente, o mundo gradativamente atingirá o colapso social, a exemplo da última crise enfrentada pela Argentina, onde parte da população teve que passar por sérias privações para satisfazer às imposições dos credores.

Tal precedente é a consequência concreta do suposto apogeu capitalista, que beneficia de forma incontida um grupo cada vez mais restrito de indivíduos. A sociedade caminha, assim, para os extremos do individualismo, disputando de forma praticamente selvagem as poucas “oportunidades” e escassas “conquistas” do dia a dia.

O consumismo e a necessidade de assumir valores puramente materiais tornam o homem visivelmente afastado de seu papel político e histórico de transformador da realidade social.

Em tempos de inadimplência, ficava o consolo de “que seria melhor a gente sofrer agora e no final a gente tirasse algum saldo, aí a partir daí a gente começava uma vida mais tranqüila sem ter débito com os Bancos”. (agricultor entrevistado, 2008). Essas medidas, no entanto, não aconteciam em consenso, pois alguns que não concordavam exigiam algum dinheiro em troca do trabalhado ou até mesmo daquilo que entendiam como sua parte. Os conflitos eram constantes.

Negociaram¹⁴ por quase três anos junto ao Banco e ao INCRA, INCRA e Banco. Foi então que tiveram contato com um advogado, por meio do Professor, e foram orientados juridicamente sobre como individualizar a dívida e quitar o débito. Até que, em 2006, após seis anos de desgastes e conflitos, renegociaram a dívida e fizeram um depósito de 600 reais por família. Tão logo conseguiram individualizar a dívida e começar a pagar as parcelas, individualizaram também o patrimônio “aí nós não tava atrelado mais a nada”. (agricultor entrevistado, 2008). Cada família (das cinco) ficou com o equivalente a onze cabeças de gado e um total de R\$ 1.460,00. Estas pessoas, antes da formação do grupo, não possuíam o mínimo à sobrevivência, e após a dissolução do coletivo, cada núcleo familiar ficou em média com R\$ 10.000,00.

(...) quitando sua dívida no Banco ainda saldaria em torno aí, aproximadamente três mil reais. E tem mais uma outra questão, o que mais doeu foi que de toda essa experiência, de todo esse avanço, eles não conseguiram compreender a importância do coletivo. Assim que eles encontraram uma brecha pra se individualizar, foi a primeira coisa que aconteceu.

(...) é só o estranhamento da importância, eu penso. É o estranhamento que eles têm da importância das práticas cooperativas. Eu penso que é isso. Eu não consigo me dar como criado numa cultura individualista. Sempre o primeiro eu, e depois eu e depois eu de novo. Aquela idéia que o que é meu é meu, e o pouco que é teu se eu puder tirar é meu também. (Trabalhador Rural – Março de 2009).

O trabalhador rural entrevistado mostra-se decepcionado, pois ele foi um dos que buscou resistir à dissolução do grupo até as últimas consequências e atualmente continua em contato com o grupo de ação político-educativa. Juntos desenvolvem outras experiências no campo; ele é mais um militante agregado ao trabalho de formação política e luta anticapitalista em estudo.

Em análise dos fatos aqui apresentados, concluímos que o estranhamento e o enraizamento das relações capitalistas, tanto do ponto de vista social quanto econômico, são elementos decisivos para o desastre da experiência coletiva de Pentecoste. Outro aspecto importante e que, em nossa interpretação do fenômeno, parece claro, é a ausência da participação do grupo em lutas sociais efetivas. Isso porque os sujeitos em análise não tiveram engajamento em lutas coletivas, e um revolucionário se faz dentro da própria prática revolucionária; nos embates de classe, passam a tomar consciência da luta anticapitalista e do valor da coletividade.

Do contrário, a prática continua sendo um critério de verdade para tal vivência, pois em termos práticos, tudo ao redor desse grupo pulsava em consumismo, individualismo e estranhamento e, a práxis coletiva não teve tempo de tornar-se sólida. Ficou registrada, entretanto, como possível e indiscutivelmente produtiva.

A influência imediata das relações de produção capitalistas, ainda permanente nas práticas sociais do Assentamento, agudizaram as contradições, um mundo capitalista feroz lhes batia a porta e suas convicções coletivas apenas ensaiavam florescer. A falta de compreensão imediata do significado do curso de formação política e dos estudos dificultaram a consolidação da práxis de uma outra relação de produção proposta. As vezes até se perguntavam sobre quem eram aquelas pessoas. Que propostas eram aquelas? Por que os ajudavam? Será que não queriam parte da produção? Será caridade? E o grupo de apoio respondia, “só temos uma exigência: não pode haver exploração, deve ser de cada um de acordo com sua capacidade, a cada um de acordo com sua necessidade”. (agricultor entrevistado, 2008).

Trata-se de uma profunda mudança cultural, que exige luta, esforço, disciplina, paciência, formação-política contínua e a certeza da provisoriedade das relações capitalistas de produção. Pedagogicamente analisando, estamos certos de que o aprendizado adquirido foi promissor e eficaz, não permitindo que a bagagem político-educativa se perdesse com o tempo. Tivemos notícia, neste segundo semestre de 2010¹⁵, de que eles resolveram começar de novo a experiência e, dessa vez sem ajuda financeira¹⁶ externa, (re)iniciaram apenas com as próprias forças de trabalho.

Finalmente, em nossas considerações derradeiras, interpretamos que o princípio educativo do trabalho coletivo na Assentamento Barra do Lemi em Pentecoste/CE, fez emergir uma concepção de mundo que nutriu a formação da consciência de classe e apontou para uma “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008). Os assentados passaram a vivenciar uma “concepção dialética da

educação” (GADOTTI, 2003) que transformou radicalmente seus valores culturais e suas práticas produtivas.

NOTAS

¹ A classe trabalhadora sofre atualmente o cruel impacto dessa mais nova e devastadora fase do capital. O fato é que, de acordo com Antunes (1995) e Harvey (1992), não se trata mais de um movimento essencialmente cíclico, pois as estruturas sociais estão profundamente abaladas. O cenário contemporâneo de expansão do capitalismo é acometido por problemas como o desemprego estrutural em massa, e não mais uma falta de emprego ocasional, de recuperação da conjuntura. O número de desempregados só tem aumentado em uma perspectiva puramente capitalista; começa a tornar-se irreversível.

² Referido personagem desta narrativa foi o nosso contato com a experiência de Pentecoste, pessoa que levou a proposta de produção coletiva e de propriedade comum, aos outros assentados.

³ Integrante do grupo de ação político-educativa da qual fazia o entrevistado fazia parte em Fortaleza/CE.

⁴ Para Marx, no texto *Crítica ao Programa de Gota*, o fundo de reserva era uma quantia a ser retirada da produção coletiva a fim de assegurar a sobrevivência dos produtores em caso de acidentes, transtornos decorrentes a fenômenos naturais etc.

⁵ Referido curso teve a participação de alguns membros do grupo de ação político-educativa que se deslocaram nos finais de semana para a zona rural no intuito de contribuir com a ação em curso.

⁶ Cada homem representava uma família.

⁷ A avaliação vivenciada pelo grupo de Pentecoste atribui à experiência vivenciada um caráter pedagógico de aprimoramento e aprendizagem progressiva a partir do erro e das contradições.

⁸ A renda era uma forma de mais valia no campo.

⁹ Pois na sociedade em que vivemos o proprietário dos meios de produção também é dono do produto do trabalho.

¹⁰ Apesar de morarem em um assentamento (não vinculado ao MST), pouco tiveram de adesão dos outros assentados e constituíram o grupo de produção coletiva e divisão comum dos produtos com apenas cinco homens/famílias.

¹¹ O ciclo de plantação é o estabelecimento de uma diferença de dez a quinze dias de uma plantação para outra. Essa prática produtiva permite tanto a diversidade de alimentos produzidos como evita o esgotamento do solo.

¹² Destino dos bovinos comprados no assentamento: uns venderam, outros nem compraram e ainda houve alguns que, por falta de comida, os consumiram como alimento.

¹³ Grupo das cinco famílias. Cabe esclarecer que todos os assentados ficaram inadimplentes com o Banco do Brasil, entretanto, os sujeitos de nossa pesquisa (pequeno grupo), embora também tenham gastado indevidamente o dinheiro do empréstimo, possuíam bens para a quitação da dívida.

¹⁴ O pequeno grupo – cinco famílias.

¹⁵ Fomos até lá assistir a uma de suas reuniões de planejamento.

¹⁶ Continuam em contato com o professor Machado e seus amigos.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

GADOTTI, Moacir. *Concepção Dialética da Educação: um estudo introdutório*. São Paulo: Cortez, 2003.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola: São Paulo, 1992.

KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF – PAZULIN, 2004.

LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe* – Estudos sobre a dialética marxista. Tradução Rodnei Nascimento; Revisão da Tradução Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl Heinrich. *Miséria da Filosofia: Resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. Tradução de José Paulo Netto. 1 ed. – São Paulo: Expressão popular: 2009.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. Karl Marx e Friedrich Engels; [introdução de Jacob Gorender]; tradução Luis Claudio de Castro e Costa. – São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos).

MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX e ENGELS. *Obras escolhidas* (V. 2). São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

MÉSZÁROS, István, **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1.ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.